

A GRANDE IMPRENSA NO BRASIL DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Tania Regina de Luca
UNESP/Assis, Pesquisadora do CNPq

A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.

Os especialistas costumam apontar os anos compreendidos entre o último quartel do século XIX e o início da centúria seguinte como um momento de inflexão na trajetória da imprensa brasileira, quando a produção artesanal dos impressos, graças à incorporação dos avanços técnicos, começou a ser substituída por processos de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica e a conseqüente diminuição da dependência de habilidades manuais. Máquinas modernas de composição mecânica, clichês em zinco, rotativas cada vez mais velozes, enfim um equipamento que exigia considerável inversão de capital e alterava o processo de compor e reproduzir textos e imagens passou a ser utilizado pelos diários de algumas das principais capitais brasileiras.

Se, por várias décadas, a luta política constituiu-se no moto fundamental do jornal-tribuna, razão mesma da sua existência, os horizontes alteraram-se e a posse de folhas diárias começou a se transformar em negócio, o que exigia de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento, atenção às inovações que permitiam aumentar a tiragem e o número de páginas, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender ao crescente mercado potencial de leitores que, por sua vez, tornavam-se cada vez mais exigentes. As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor que antes, não raro, concentravam-se num único indivíduo, separaram-se e especializaram-se.

É preciso ter presente que o período em apreço foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, extensão da malha

ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial, circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação da informação.

Esse amplo rol de transformações, aliado aos artefatos modernos e aos novos meios de comunicação que invadiam o cotidiano – carros, bondes elétricos, cinema, máquinas fotográficas portáteis, máquinas de escrever, fonógrafos, publicidade e, nos anos 1920, o rádio –, delineavam tanto uma paisagem marcada pela presença de objetos técnicos como configuravam outras sensibilidades, subjetividades e formas de convívio social. Eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração.

As novas tinham que ser difundidas imediatamente: já não se podia esperar até a manhã seguinte; daí a multiplicação de edições sucessivas e das folhas vespertinas, lançadas no decorrer da tarde, para dar conta do que se passara no próprio dia. Se, conforme Juarez Bahia, no último quartel do XIX a bandeira do jornal constituía-se num símbolo indicativo de posição política – rebeldia, neutralidade ou apoio às forças dominantes –, algumas décadas depois era hasteada para indicar cada nova edição diária, hábito logo substituído pela sirene e, nos anos 1920, pelo placar. Tratava-se de tentar manter o leitor, no mais das vezes um transeunte apressado, a par dos últimos acontecimentos.

O discurso publicitário, peculiar às cidades modernas, articulava-se às novas demandas da vida urbana do início do século XX e, no que diz respeito à imprensa periódica, transformou-se numa fonte essencial de recursos. O anúncio trilhou, então, novos caminhos em relação à estrutura e linguagem, enquanto o agenciador individual cedeu lugar, no decorrer da década de 1910, às empresas especializadas, marco na profissionalização da atividade, também atestada, a partir do final do decênio seguinte, pela presença de agências norte-americanas, caso da Ayer e J. W. Thompson.

Tais alterações enfeixam tendências que se insinuavam com vigor crescente e que certamente não implicaram na eliminação pura e simples das pequenas tipografias ou na transferência imediata de equipamentos obsoletos para rincões mais longínquos. Folhas domingueiras e publicações efêmeras compostas manualmente e “distantes, em produção e em organização administrativa, das estruturas editoriais em funcionamento no Sudeste com seus setores de venda avulsa, assinaturas, publicidade, promoção, pesquisa, circulação etc”

continuaram a conviver com órgãos que incorporavam as últimas novidades.¹ Exemplar nesse sentido é a pesquisa de Heloisa Cruz que demonstrou a força da pequena imprensa – ou seja, um conjunto extremamente diversificado de folhetos, revistas e jornais de bairros, casas comerciais, órgãos recreativos, educacionais, comerciais, humorísticos, étnicos, sem esquecer a ativa imprensa operária – numa cidade símbolo do tão perseguido ideal de modernidade como São Paulo, que se urbanizava e conhecia uma verdadeira revolução demográfica no início do século XX.² Temporalidades e ritmos diversos, típicos de uma modernização contraditória e de um país plural, conviviam e articulavam-se de forma complexa. A título de exemplo, vale acompanhar o testemunho do jornalista Lins da Silva sobre a propaganda:

A partir de 1847, o [*New York*] *Herald* passou a só aceitar publicidade diariamente submetida ao jornal e paga no ato, conforme o tamanho do espaço ocupado e a página em que o anúncio fosse editado. Em Natal, em 1980, era possível ver-se não só a subsistência do sistema de “conta” anual, como o que já não existia nos EUA nem em 1840: o pagamento feito não através de moeda corrente, mas de um sistema de troca (a loja de departamentos mandava para a casa do proprietário do jornal mercadorias no valor estabelecido pela sua quota de anúncios ao longo de um ano).³

As inovações não se limitaram às mudanças na estrutura de produção, organização, direção e financiamento, atingiram também o conteúdo dos jornais e sua ordenação interna, que começou a exigir gama variada de competências, fruto da divisão do trabalho e da especialização. Esta, por sua vez, não se circunscreveu à composição e a impressão propriamente ditas, mas atingiu a própria fatura do conteúdo, que passou a contar com redatores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, além de empregados administrativos e de operários encarregados de dar materialidade aos textos.

Sem abandonar a luta política, os diários incorporaram outros gêneros como notas, reportagens, entrevistas, crônicas e, ao lado da produção ficcional, que só lentamente perdeu espaço nos grandes matutinos, compareciam os inquéritos literários. Surgiram seções especializadas, dedicadas ao público feminino, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, assuntos policiais e internacionais. Aos poucos se delineava a distinção entre matéria de caráter informacional ou propriamente jornalística, supostamente neutra e objetiva, e o texto de opinião, que tomava posição e defendia idéias e valores. Novos métodos de impressão permitiram a incorporação da cor na década de 1910 e os avanços fotoquímicos disseminaram a imagem que, de acordo com Herman Lima, “trouxe para o

jornalismo uma nota leve, espirituosa e atraente, a quebrar a monotonia das grandes folhas onde a matéria impressa se estendia, em artigos de fundo, crônicas, sueltos e noticiários, em colunas maciças de texto”,⁴ o que resultou na valorização da apresentação e visualidade.

Os artífices da palavra e da iconografia encontravam na imprensa atraentes oportunidades de profissionalização e, como apontam em uníssono aqueles que analisaram o mundo letrado das décadas iniciais do século passado, “toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais”.⁵

A mudança fundamental, contudo, expressou-se no declínio da doutrinação em prol da informação, aspecto facilitado pelas agências internacionais, cuja presença no Brasil teve início nas primeiras décadas do século passado – *Havas, Reuters, Associated Press e United Press Association* – e pelas redes de sucursais dos principais diários no país e exterior. Consagrou-se a idéia de que o jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou, com rigoroso respeito à “verdade dos fatos”. Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização frente a entraves de caráter político, sócio-econômico, cultural e educacional, ademais da estreita vinculação que os diários continuaram a manter com o mundo da política. Num texto clássico, publicado pela primeira vez em 1923, Barbosa Lima Sobrinho enfatizou as transformações em curso nos seguintes termos:

Com a modernização da imprensa, o artigo político quando muito conservou a primeira coluna; mas em redor, como leitura de maior sensação, se foi distribuindo e colocando o noticiário. E cedendo a esse impulso, as empresas jornalísticas se tornaram infinitamente complexas (...). Converteu-se o jornal muito mais num problema de dinheiro do que de credo político, literário. E então acode aquele conceito exato: “Quando as opiniões de um jornal começam a pesar, ele as deixa de ter” (...). Viu-se a imprensa obrigada a modelar-se pelos novos costumes, adotando várias praxes, como a elevação do preço dos anúncios ou a inclusão de matéria paga nas seções editoriais. E porque não parecesse bastante e conviesse adquirir o apoio de um público numeroso – ponto de partida para o sucesso comercial – a imprensa procurou servir as tendências populares, em vez de as orientar, como acreditava possível, em sua ingênua confiança, o jornalismo romântico. Conquistar o público, entretanto, foi para ela menos vitória de idéias do que simples *negócio*, defesa natural das somas empenhadas na empresa. A imprensa tornava-se simplesmente indústria.⁶

A trajetória sucintamente descrita guarda relação com algumas das fases da imprensa européia, tal qual foram distinguidas pelo filósofo Jürgen Habermas, que abordou a questão a partir da perspectiva da autonomização da esfera pública. Ao jornal dos primórdios dos tempos modernos, associado à circulação de mercadorias no capitalismo comercial e que circulava num momento em que as atividades tipográficas eram estritamente proibidas na América Portuguesa, seguiram-se, de acordo com o autor, as folhas do século XVIII, engajadas nas lutas em prol da afirmação dos valores burgueses. Para seus propugnadores,

(...) a intenção de obter lucros econômicos através de tais empreendimentos caiu geralmente para um segundo plano, indo contra todas as regras da rentabilidade e sendo, com frequência, desde o começo atividades deficitárias. O impulso pedagógico, depois o impulso cada vez mais político, podia ser financiado, por assim dizer, através da falência (...). Iniciativa de homens cultos e de escritores. Estes, no início, sustentavam sozinhos o risco econômico; coletavam por conta própria o material, pagavam os colaboradores (...). Só secundariamente é que aí é investido capital, caso isso ocorra, para obter um retorno lucrativo.

A essa imprensa comprometida com o ideal de dar publicidade (entenda-se: tornar público) seu entendimento do mundo, sucedeu o que Habermas denominou de imprensa-comercial, cujo alvorecer coincidiu com o estabelecimento, ao longo do século XIX no ocidente europeu, do Estado de direito burguês e a conseqüente legalização de uma esfera pública. O autor conclui que, desde então, os interesses econômicos acabaram por esmaecer a atuação política da imprensa. E valeu-se da definição de K. Bücher, segundo a qual “o jornal assume o caráter de uma empresa que produz espaço para anúncios como uma mercadoria que se torna vendável através da parte reservada à redação.”⁷

Não é difícil perceber certas correspondências entre a natureza das mudanças nas imprensas européia e brasileira. O nosso século XIX foi marcado pela forte presença dos impressos de caráter político – como atesta o papel que os mesmos desempenharam na luta pela independência, na crise aberta com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, ou no movimento em prol da Abolição, enquanto a subsequente atualização tecnológica apontou para a transição rumo ao mercado. Aproximações possíveis e que não devem surpreender, uma vez que o Brasil insere-se, desde o século XVI, no mundo ocidental e capitalista, mas que nem por isso reduz a nossa trajetória a uma mera reprodução, com cerca de um século de atraso, da experiência do velho continente. Os modelos interpretativos, por mais

instigantes que sejam, levantam questões e oferecem inspiração mas não se constituem num conjunto de fórmulas padronizadas e aplicáveis a toda e qualquer circunstância.

A caracterização, a partir do final do XIX, da imprensa brasileira como uma atividade capitalista, ponto sobre o qual insistem os trabalhos clássicos de Juarez Bahia e Nelson Werneck Sodré, foi feita tendo-se em vista a situação imperante numa sociedade agrária e marcada pela escravidão. Por certo não resistiria à comparação sincrônica com países europeus e nem mesmo com os padrões brasileiros que se disseminaram a partir dos anos 1950 quando, como bem assinala a bibliografia, tornou-se outro o patamar de profissionalização, especialização, investimento tecnológico e receitas publicitárias, essas últimas responsáveis pela diminuição da dependência em relação aos favores do Estado. Se não há como negar a utilidade das análises que contrapõem as condições vigentes na imprensa local àquelas dominantes em outros países ou regiões e tampouco negligenciar perspectivas analíticas de longa duração, que avaliam diferentes instantes do periodismo nacional, não se deve perder a necessária perspectiva que individualiza e dota de especificidade um determinado contexto histórico.

Imprensa nos primeiros tempos de República

A partir de meados da década de 1870 a circulação de periódicos conheceu significativo incremento e, ao lado do *Diário de Pernambuco* (Recife, 1825), o mais antigo jornal em circulação da América Latina; *Jornal do Comércio* (RJ, 1827); *Correio Paulistano* (SP, 1854) e *Diário da Bahia* (Salvador, 1853-1957), surgiram títulos como *Gazeta de Notícias* (RJ, 1875); *Diário de Notícias* (Salvador, 1875-1979); *A Província de São Paulo* (SP, 1875), depois da República *O Estado de S. Paulo*; *O País* (RJ, 1884); *Diário Popular* (SP, 1884); *A Platéia* (SP, 1888); *Jornal do Brasil* (RJ, 1891); *Comércio de São Paulo* (SP, 1893); *A Notícia* (RJ, 1894); *Correio do Povo* (Porto Alegre, 1885); *Diário de Minas* (BH, 1899) para ficar fundados ainda no decorrer do século XIX e que apresentaram significativa longevidade.

Tal florescimento, porém, tinha limites bem claro. Houve esforços para dinamizar as assinaturas, agilizar a venda e colocar nas ruas um exército de jornaleiros que disputava compradores nos bondes, trens, bares e restaurantes. Contudo, ainda que os meios de transportes avançassem, há que se considerar as dimensões do país e a concentração das

ferrovias, então o principal elo de interligação, em algumas regiões, o que limitava a distribuição dos periódicos para muito além das capitais, principalmente fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, o melhor servido em termos de comunicações.

No que tange aos leitores em potencial, basta lembrar que em 1890, estimava-se em apenas 15% o montante da população brasileira alfabetizada, porcentagem que timidamente se elevou para 25% no censo de 1900 e que não sofreu alterações significativas em 1920. Nesse último ano o Estado de São Paulo, cujas reformas na escola primária chegaram a ser consideradas um modelo para o país, então ostentava o índice de 70% de iletrados, valor que declinava na capital para 42%, em parte graças à entrada de levas de imigrantes que dominavam a leitura e a escrita. Já o recenseamento realizado no Distrito Federal em 1906 conclui que de cada cem habitantes da capital do país quarenta e oito eram analfabetos. E os dados para meados do século XX apontavam para uma taxa total de analfabetismo na casa dos 50%, contexto que ajuda a compreender a persistente limitação das tiragens dos livros e periódicos em geral. Num depoimento datado do início do século XX, Olavo Bilac sintetizou o quadro nos seguintes termos:

O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheciam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal vêm. limitada, pela falta de instrução, a tiragem das suas empresas. Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê (...). E porque não lê? Porque não sabe!⁸

Informações sobre as tiragens são bem pouco confiáveis, mas as de Bilac talvez fossem até otimistas, uma vez que outros contemporâneos apresentavam estimativas bem mais modestas do que aquelas que o poeta já encarava como desoladora. O fato inegável é que a imprensa-empresa disputava a preferência de um círculo diminuto de leitores, fonte não apenas de recursos, afinal parte da receita advinha das vendas que, por sua vez, atraíam ou afastavam os anunciantes, mas também de prestígio e legitimidade para as idéias defendidas nas suas páginas. E se o aspecto propriamente comercial tornou-se uma das dimensões essenciais da atividade, não se pode menosprezar os limites que as condições do país impunham a tal processo e tampouco esquecer que o jornal vendia (e vende) uma mercadoria muito especial, capaz de despertar simpatia e oposição, mobilizar e levar à ação política, mas que também deveria infundir confiança nos que percorriam suas páginas.

O jornal *Cidade do Rio de Janeiro*, fundado por José do Patrocínio em 1887 e que circulou até 1902, testemunha de forma eloqüente as mudanças em curso. Órgão dos mais importantes na campanha abolicionista e que rendeu enorme fama e prestígio ao seu proprietário, não conseguiu sobreviver na centúria seguinte. Administrado de maneira pouco empresarial, não tardou a enfrentar dificuldades financeiras, o que levou Patrocínio a colocar o vespertino e sua pena a serviço de quem estivesse disposto a melhor remunerá-lo. A defesa de causas díspares, como assinalou em suas memórias o escritor Vivaldo Coroa – “sob a premência das necessidades da vida tumultuosa que levava, [Patrocínio] comparava-se, sem rodeios, a um advogado, com banca aberta para contratar defesas e acusações, mediante alta tarifa de serviços. A sua tribuna era o jornal”⁹ – acabou por comprometer a credibilidade da folha, que deixou de circular. O fracasso de Patrocínio assinala o crepúsculo do jornal feito de forma amadora e aventureira ou, na fórmula de Juarez Bahia, o “de alma boêmia, desengajada, despojada de compromissos com a técnica” e, pode-se acrescentar, com a racionalidade que a gerência em moldes capitalista demanda.¹⁰

Seguir os fundamentos da economia de mercado transformou-se, portanto, na condição primeira para a sobrevivência do empreendimento, o que não excluía a existência de diários cuja fundação foi motivada por conjunturas e interesses políticos momentâneos – realização de eleições em âmbito local ou nacional, disputas, desavenças, reordenações e cisões no seio dos grupos dirigentes. Ainda que tivessem adentrado ao mundo dos negócios, os jornais não deixaram de se constituir em espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e interpretações sobre o mundo. Não por acaso, os vários órgãos da grande imprensa distinguiam-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que pretendiam atingir.

E não foram poucas as turbulências que o regime republicano enfrentou nos seus anos iniciais: oposição dos que lutavam pela volta da monarquia; desavenças entre o Congresso Nacional e os primeiros presidentes – Deodoro da Fonseca (1889-1891), que renunciou ao cargo, e seu sucessor Floriano Peixoto (1891-1894); levantes das forças armadas em vários Estados da Federação e na própria capital do país; dissidências entre Marinha e Exército, ademais das lutas armadas entre grupos políticos no Rio Grande do

Sul, que deram início a uma guerra civil (1893-1895). Tais eventos, apaixonadamente discutidos pelos jornais da época, testemunham não só a existência de uma aguerrida oposição ao regime em si mas também os vários embates no próprio campo dos republicanos, que alimentavam concepções divergentes sobre o regime e o caminho que se deveria seguir.

A liberdade de expressão encontrou obstáculos tanto no estabelecimento de medidas do executivo para controlar a imprensa, implementadas após novembro de 1889, como em ações de força, a exemplo da que atingiu *A Tribuna* (RJ, julho 1890), ex- *Tribuna Liberal* (1888-1889), órgão de oposição ao governo provisório e porta voz dos interesses monarquistas, liderado por Antônio de Medeiros. A 29 de novembro de 1890, a sede do jornal foi invadida e depredada por militares descontentes com o tom das críticas, registrando-se a morte do revisor da folha, que deixou de circular pouco depois. O fato gerou veementes protestos dos demais órgãos de imprensa do Rio de Janeiro que, entretanto, não tardariam a enfrentar situações similares.

Já o *Jornal do Brasil*, em processo de organização quando da agressão contra *A Tribuna*, contava com sólidos capitais que o colocaram a salvo dos transtornos financeiros nos seus anos iniciais, mas não dos ventos políticos, como alertam as constantes mudanças na orientação do matutino, subordinadas a interesses e posturas ideológicas dos diferentes proprietários. Fundado em 1891 por simpatizantes da monarquia que optaram por levar a cabo uma oposição moderada, os problemas iniciaram-se com a participação ativa de Joaquim Nabuco na redação. Seus artigos contra os republicanos motivaram a invasão e empastelamento das oficinas, o que não impediu a folha de seguir defendendo o regime deposto. A mudança da linha editorial em 1893, quando o jornal foi vendido e sua direção entregue a Rui Barbosa, republicano histórico dos mais prestigiados e que não poupava ataques ao Marechal Floriano Peixoto, cujo governo qualificava de ditatorial. O matutino foi ocupado militarmente e deixou de circular por mais de um ano, enquanto Rui Barbosa partia para o exílio na Inglaterra.

Ao reaparecer no dia em que se comemorava o quinto aniversário da Proclamação da República (1894), o diário apresentava-se como defensor dos interesses populares, numa clara demonstração de que deixara para trás as grandes contendas políticas que o haviam distinguido até então. A atenção às questões cotidianas que afetavam as camadas mais

pobres da cidade, fossem problemas nos transportes ou preços dos gêneros alimentícios, a disposição de abrigar as queixas dos mais humildes, a ênfase em temas como abusos policiais, casos rumorosos e o resultado do jogo do bicho, respondia à decisão editorial de fazer do periódico o defensor dos pobres e oprimidos. No seu trabalho sobre a seção *Queixas do Povo*, Eduardo da Silva evidenciou essa escolha que, por sua vez, esteve longe de implicar na identificação com as reivindicações do movimento organizado, que colocavam em questão a ordem estabelecida. Pejorativamente denominado de “O popularíssimo”, em meados dos anos 1910 o *Jornal do Brasil* contava com um dos melhores parques gráficos do país. A partir de 1919 o novo proprietário, Pereira Carneiro, voltou a engajar o jornal no debate político, ainda que sem grandes arroubos.¹¹

As flutuações nas posições adotadas e as guinadas editoriais não foram exclusividade do *Jornal do Brasil*, mas uma característica compartilhada por vários títulos do período. Veja-se, por exemplo, a trajetória do vespertino republicano carioca *A Notícia*, que priorizou a informação em detrimento das questões políticas desde a sua fundação em 1894 até passar às mãos de Candido de Campos em 1924. Daí em diante, inteiramente a serviço do governo, tornou-se porta-voz acrítico das decisões oficiais, o que explica sua circulação diminuta fora das repartições e órgãos públicos, bem como a absoluta preponderância de anúncios comerciais do executivo em suas páginas, impressas em cor rosa. Já o também vespertino *A Noite* (RJ, 1911) questionou as regras do jogo político e colocou-se ao lado dos grupos urbanos e oligarquias dissidentes até 1925, enquanto esteve nas mãos de Irineu Marinho, mas alterou sua linha no momento em a propriedade passou ao empresário Geraldo Rocha, que não mediu esforços para sustentar a ordem vigente.

O diário paulistano *A Platéia*, por sua vez, pagou caro pela oposição ao Marechal Floriano e acabou suspenso. Nos anos subseqüentes manteve-se majoritariamente alinhado com os interesses das oligarquias regionais, a ponto de se opor ao voto secreto, bandeira empunhada por todos os que defendiam reformas nas práticas republicanas vigentes. Em fins de 1929, a posse de uma nova direção implicou em súbita guinada para o campo oposicionista, o que também se observou com o *Jornal do Comércio*, lido por empresários e homens de negócio, pouco afeito aos processos de modernização gráfica e visual, caracterizado por Sodré como “servidor de todos os governos.”¹²

Aliás, foi justamente por se desentender com a direção geral que o responsável pela edição vespertina do *Jornal do Comércio*, Renato de Toledo Lopes, fundou *O Jornal* (RJ, 1919), título que em si já se constituía numa provocação, pois era dessa maneira que os leitores se referiam ao tradicional órgão. Em 1924 Assis Chateaubriand adquiriu o diário, primeiro daquele que seria o maior império de comunicações do país. O tom simpático à ordem estabelecida foi substituído pela crítica intransigente a Artur Bernardes e conseqüente apoio aos movimentos que desafiavam o governo, como o tenentismo. Tratava-se de antigo ajuste de contas, que remontava ao tempo em que Bernardes frustrou os interesses de empresa norte-americana que pretendia explorar depósitos de ferro de Minas Gerais, estado que presidia, representados no país pelo advogado Assis Chateaubriand. Aliás, a defesa apaixonada da participação do capital estrangeiro na economia brasileira e de empresas como a *Light* foi uma das marcas distintivas dos *Diários Associados* que, por sua vez, sempre contou com generosos auxílios financeiros pelos serviços prestados.

Outro ponto importante a considerar diz respeito ao frágil quadro político institucional, dominado pelos vários partidos republicanos estaduais e que, não raro navegavam ao sabor de disputas e desavenças momentâneas em torno de grupos restritos que concorriam pela hegemonia local, mostrou-se pouco propício para o debate efetivo de idéias, o que não deixava de ter efeitos sobre suas folhas. Veja-se o caso do *Diário da Bahia* que chegou a ser, no início da República, porta-voz dos efêmeros Partido Republicano Federalista (PRF) e, posteriormente, do Partido Republicano da Bahia (PRB). Diante da cisão do PRB em 1907, o jornal passou a defender a facção liderada pelo ex-governador Severino Vieira e assim permaneceu até 1921, quando foi comprado por Geraldo Rocha, que se valeu de suas páginas para atacar a candidatura de Artur Bernardes à presidência da República.

Já o *Diário de Minas*, de vida atribulada e que teve sua publicação interrompida entre 1902 e 1909, ligou-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM). Jornal de pequeno porte, produzido artesanalmente, com poucos leitores mas grande influência política, contou nos anos 1920 com Carlos Drummond de Andrade na chefia da redação. O poeta declarou dispor “de plena liberdade de orientação literária (...), quanto ao resto não podia nada (...). Procurei ser um correto informante e intérprete do governo de Minas, com o qual

o PRM se confundia.”¹³ Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista (PRP) teve como órgão oficial, desde o pós-1889 até meados dos anos 1950, o *Correio Paulistano* e, no pólo oposto, havia o *Diário Nacional*, fundado em 1927 como instrumento de ação do Partido Democrático (PD), organizado no ano anterior para combater as práticas oligárquicas perrepietas e os poderes estabelecidos, que circulou até julho de 1932. O vespertino *A Gazeta* (SP, 1906), ainda que se declarasse distante dos litígios partidários, demonstrou nos primeiros anos de existência clara simpatia pelo PRP, o que não se alterou apesar das várias mudanças de proprietários, diretores e redatores.

No elenco dos que se mantiveram, sobretudo, no campo oposicionistas merecem particular destaque *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* (RJ, 1901), respectivamente nas mãos de Júlio de Mesquita, desde 1897, e Edmundo Bittencourt. A despeito da atuação institucional do proprietário do matutino paulista, que exerceu vários cargos públicos – vereador em Campinas (1887), cidade em que nasceu; deputado federal por São Paulo (1892), deputado estadual (1891, 1894, 1898, 1907 e 1910) e senador estadual (1912); líder na Câmara paulista (1892 e 1907), integrante da comissão executiva do PRP (1892 a 1894 e em 1896) –, tomou parte ativa nas cisões do partido e esteve entre os fundadores do PD, o jornal sempre se manteve independente, zelo que se coadunava com a cartilha liberal seguida por Júlio de Mesquita. Tal liberdade frente a poderes constituídos era considerada essencial para o livre exercício da crítica, vista como indispensável ao pleno funcionamento do jogo democrático. Análises a respeito da trajetória do jornal bem evidenciaram os limites e as ambigüidades desse apregoado liberalismo, cuja fidelidade flutuava ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sócio-políticas mais profundas. Na prática, o grupo reunido em torno da redação desfrutou de crescente peso político e, de acordo com Miceli, “convertido numa facção partidária, pôde assumir a liderança das sucessivas frentes de oposição ao comando perrepieta”.¹⁴

Já Edmundo Bittencourt no editorial de apresentação do *Correio da Manha* definiu seu jornal como “de opinião”. De fato, a exemplo do *Estado* não tinha compromissos com agremiações ou figuras políticas e, quando do seu surgimento, foi uma voz dissonante no coro que aplaudia o então presidente Campos Sales, postura que manteve em todos os governos subseqüentes, tendo sido, inclusive, um dos poucos jornais, ao lado de *O Globo*

(RJ, 1925), fundado por Irineu Marinho, que se não opôs aos levantes militares, iniciados em 1922 com a tomada do Forte de Copacabana, postura que lhe custou a suspensão das atividades entre agosto de 1924 e maio do ano seguinte. A importância do surgimento de um jornal como o *Correio da Manhã* ganha novos sentidos quando se tem em conta que os aplausos da imprensa eram assegurados pelo tesouro nacional, consolidando tendência que, na feliz síntese de Nelson Werneck Sodré, tornava mais fácil comprar um jornal do que fundar outro e ainda mais prático comprar a opinião do que adquirir o próprio jornal, como demonstrou sem rodeios Campos Sales.

O ex-chefe do executivo federal, depois de citar exemplos de compra da opinião ainda no Império, atribuiu o hábito a Floriano, ao seu antecessor Prudente de Moraes, – “que deu ao seu ministro da Fazenda a delicada incumbência de organizar a defesa do governo pela imprensa” – e a si próprio, sob a justificativa de não haver hesitado em “enveredar por esse caminho francamente aberto e trilhado pelos que me antecederam.” Foi além ao deixar claro que mantinha “ainda agora a convicção da legitimidade do ato perante a moral social” e explicitou que o seu incomodo provinha dos boatos acerca do montante despendido, muito mais avultado do que os efetivos mil contos de réis aplicados em 1901.¹⁵ Vale acompanhar a prova apresentada em sua defesa, reveladora de quão arraigada era a prática das subvenções: “Ora, em 1902, essas despesas foram consideravelmente reduzidas, e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou na atitude de alguns deles com relação ao governo, deixam ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado.”¹⁶

Ao lado da grande capacidade de persuasão dos favores governamentais, não raro essenciais para a saúde financeira de uma imprensa-empresa que enfrentava, do ponto de vista comercial, limites estruturais para sua sustentação, não se hesitava em recorrer, sempre que se julgasse necessário, a controles de natureza diversa, que incluíam arbitrariedades e medidas de força, ademais de restrições de caráter legal. Assim, em outubro de 1923, num momento em que o país estava sob o estado de sítio, foi promulgada a Lei de Imprensa, também conhecida como Lei Adolfo Gordo, nome do senador paulista redator do projeto. Duramente criticada por limitar a possibilidade de expressão, a lei estabelecia a responsabilidade penal sucessiva (autor, editor, proprietário do órgão, dono da oficina ou estabelecimento gráfico responsável pela impressão, vendedores e

distribuidores), prisão e multas pecuniárias para o que qualificava como abuso de imprensa: publicação de segredos de estado; ofensas ao Presidente da República; chefes de estado e nações estrangeiras; além de vedar o anonimato de artigos; garantir o direito de resposta e disciplinar a matrícula de jornais e tipografias em cartório.

As caracterizações apresentadas acerca dos jornais nas primeiras décadas republicanas estão ancoradas em análises de ampla perspectiva, que realçam tendências dominantes e esmaecem posturas assumidas em situações específicas. Assim, *A Notícia*, depois de 1924, e *O País* distinguiam-se por um situacionismo subserviente, que levantava suspeitas quanto às vantagens pecuniárias daí advindas – é bom lembrar que o último foi apedrejado mais de uma vez por populares – outras folhas, apesar de apoiarem a ordem dominante, nem por isso deixaram de questionar certas medidas. Esse foi o caso, por exemplo, da *Gazeta de Notícias*, jornal governista que se posicionou contrariamente à vacinação obrigatória (1904). Nos momentos de crise, como exemplificam as disputas à presidência que opuseram, em 1910, as candidaturas de Hermes da Fonseca e Rui Barbosa e, no decênio seguinte, Artur Bernardes e Nilo Peçanha e, depois, Júlio Prestes e Getúlio Vargas as posições acirravam-se, o que também se observa diante dos levantes militares e do crescente questionamento às excludentes regras do jogo político dominante, cada vez difíceis de justificar e manter.

O leitor urbano pertencente às camadas médias – pequenos comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, atores ausentes no cenário dominado pelas oligarquias – esteve na mira dos empreendimentos jornalísticos, como exemplifica o lançamento do vespertino paulistano *Folha da Noite* (1921), ao qual se acresceu, pouco depois, a *Folha da Manhã* (1925), sob a responsabilidade de um grupo de ex-funcionários do *Estado* liderados por Olival Costa. A linguagem direta e coloquial, a atenção aos eventos e problemas da cidade contrapunha-se ao texto denso e sério do jornal da família Mesquita, cuja primeira página era dominada pelos eventos internacionais.

É perceptível o aumento do número de títulos em meados dos anos 1920. Além dos já citados *O Globo* e *Folha da Manhã*, Chateaubriand adquiriu, poucos meses depois de fundado, o *Diário da Noite* (SP, 1925) e fundou *Diário de São Paulo* (1929) e o *Diário da Noite* (RJ, 1929), num quadro marcado pelas tensões que envolveram a sucessão de Washington Luiz. A oposição ao presidente e à estrutura oligárquica, constantes nos jornais

de Chateaubriand, também motivou o lançamento do *Diário Carioca* (1928), sob a batuta de José Eduardo de Macedo Soares. O coro oposicionista foi engrossado pelo *Diário da Manhã* (Recife, 1927), fundado pela poderosa família Lima Cavalcanti para enfrentar o presidente estadual, Estácio Coimbra, e que se colocou resolutamente ao lado da Aliança Liberal e pelo *Diário de Notícias* (RJ, 1930), de Orlando Ribeiro Dantas.

Para fazer jus à complexidade da questão, haveria que analisar a posição assumida por cada periódico em circunstâncias concretas, o que está muito além dos limites de uma análise como a aqui empreendida, que prioriza as grandes linhas de força que deram o tom ao período.

Imprensa e o movimento de 1930

O apoio emprestado por importantes órgãos da imprensa à Aliança Liberal pode ser de tomado como um índice do desgaste do sistema político vigente. Ao se instalar no Palácio do Catete, o líder do movimento que depôs Washington Luiz contava com os aplausos dos vários jornais de Assis Chateaubriand, do *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Comércio*, *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo*, *A Platéia* e *Diário Nacional*, para mencionar alguns dos títulos mais importantes do país. Já os periódicos identificados com a logo chamada de “velha ordem” foram alvos da fúria popular e tiveram suas sedes invadidas e depredadas. A título de exemplo mencione-se, na capital federal, *O País*, *Gazeta de Notícias*, *A Noite* e o *Jornal do Brasil* e, em São Paulo, com o *Correio Paulistano*, *A Gazeta* e as *Folhas da Manhã* e da *Noite*. Vale acompanhar a descrição de Oscar Pilagallo, relativa aos jornais de Olival Costa:

Nessa noite [24/10/1930], uma multidão se dirigiu à sede do jornal, então localizada na rua do Carmo, no centro da cidade. O clima era de revolta contra a linha editorial favorável ao governo. Armados de tochas e pedaços de pau, defensores da Aliança Liberal depredaram as instalações em que também era editada a *Folha da Noite* e a elas atearam fogo. Invadida a redação, mesas, cadeiras e máquinas de escrever voaram pelas janelas. Bobinas de papel foram desenroladas pelas ruas até atingirem a praça da Sé, num “irônico tapete branco”, na expressão de Francisco Pati, jornalista que testemunhou o empastelamento junto com Olival Costa, fundador da *Folha*. Pati conta que, ao entrar no prédio já destruído, Olival se deparou com um revolucionário que trajava seu sobretudo. Ao observar que a roupa era sua, ouviu a resposta: “Foi sua, amigo. Hoje, tudo isso é nosso”.¹⁷

A chegada de Getúlio Vargas ao poder implicou deslocamentos importantes no cenário da grande imprensa: alguns órgãos perderam parte de seu antigo brilho, caso do *Correio Paulistano*; outros não resistiram aos novos ventos e acabaram desaparecendo, como *O País*; enquanto houve aqueles que, a exemplo do *Jornal do Brasil*, mudaram de proprietários e/ou alteraram sua linha editorial.

Entretanto, o relacionamento amistoso entre a grande imprensa e governo provisório não durou muito. A instabilidade dos momentos iniciais foi um dos argumentos mobilizados para justificar o cerceamento da liberdade de expressão tanto nos jornais e revistas, que ainda se constituíam nos veículos privilegiados para formação de opinião, quanto em outros meios de difusão da informação disponíveis na época – cinema e especialmente o rádio, que se expandiu exatamente nas décadas de 1930 e 1940 e cuja importância num país de dimensões continentais e com altas taxas de analfabetismo não passou despercebida ao regime.

A disputa pelo poder entre os aliados de ontem foi outro foco de discórdia. Exemplo nesse sentido é fornecido pelo *Diário Carioca*, órgão que aplaudiu entusiasticamente a deposição de Washington Luiz. Contudo, bastaram algumas semanas de Governo Provisório para que a folha passasse ao campo oposto. Os ataques dirigiam-se, sobretudo, à ala tenentista, alojada em cargos estratégicos. A campanha em prol da redemocratização resultou, em fevereiro de 1932, na invasão e destruição da redação do jornal, levada a efeito por membros do exército, alguns de alta patente. Em sinal de protesto, os jornais cariocas não circularam no dia seguinte. A falta de rápidas providências para apurar o caso só fez aumentar as suspeitas de que o ato contara com anuência e/ou simpatia de indivíduos ligados ao poder. Desencadeou-se grave crise política que resultou na renúncia coletiva de vários integrantes do governo, que discordaram do encaminhamento dado à questão.

Já o movimento de julho de 1932 em São Paulo originou fissuras muito mais profundas e foi apoiado não apenas pelos diários paulistas como por vários jornais do Rio de Janeiro, inclusive os *Diários Associados*, o que levou Chateaubriand e seu irmão Oswaldo à prisão e quase resultou na falência do grupo, que enfrentou forte cerco do governo.

A tensão que marcou os anos iniciais do governo provisório tendeu a diminuir com a convocação e instalação da assembléia constituinte, que abriu um período de relativa

estabilidade e liberdade de expressão. Contudo, é sintomático que Vargas atacasse duramente, no seu primeiro discurso como presidente eleito, a recém-aprovada Constituição, que ele jurara fazer cumprir. O tom do pronunciamento dá a medida do seu descontentamento frente às funções que lhe estavam reservadas:

Ora, quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos Poderes da República (...). A Constituição de 1934, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação: anula, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração...¹⁸

Para avaliar o sentido das palavras de Vargas, é preciso lembrar que, ao longo dos anos 1920 e 1930, os princípios liberais e democráticos eram alvos de intensas críticas. Considerava-se que o liberalismo mostrara-se incapaz de resolver as contradições inerentes às sociedades capitalistas – desigualdade social, crises econômicas, disputas entre patrões e operários – o que estaria contribuindo para facilitar o caminho do comunismo. A experiência internacional parecia confirmar o acerto do diagnóstico. Países como Itália (1922), Portugal (1932), Alemanha (1933) e, dentro em breve Espanha (1939), eram governados por ditaduras de extrema-direita, caracterizadas pelo intervencionismo estatal, nacionalismo e culto à figura do líder. No Brasil, a polarização entre esquerda e direita também crescia. Em 1932, foi criada a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado e cujo ideário era difundido por um conjunto de jornais e revistas espalhados por diferentes cidades do país.

Entretanto, o pretexto para aumentar os poderes presidenciais veio do frustrado levante comunista de 1935, pejorativamente denominado de intentona. Ainda que a ordem estabelecida não tivesse sido ameaçada, o acontecimento forneceu o mote para a perseguição indiscriminada dos inimigos políticos. Afinal, “o comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido, concreto e próximo da realidade brasileira: o anticomunismo passava a ter apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o ‘perigo vermelho’”.¹⁹ Órgãos antigovernistas e defensores das liberdades democráticas curvaram-se ante o medo da revolução social, mal maior a unificar os inimigos da véspera. *O Estado de S. Paulo*, por exemplo, defendeu a reforma do recém aprovado texto constitucional:

... não pendemos para os regimes de força. Somos pelos de direito (...). Exatamente por fidelidade a esse regime é que propomos a emenda da nossa Constituição. Se a Constituição facilita a propaganda comunista e sua propaganda nos é nociva, reformemos a Constituição...²⁰

Os editoriais de Assis Chateaubriand, por seu turno, insistiam na necessidade de uma união sagrada contra os rebeldes e pediam por punições exemplares. Poucos dias depois do levante armado, o *Estado de Minas*, um dos periódicos dos *Associados*, ponderava que:

Não é possível enfrentar adversários tão despostos (sic) e tão sanguinários com punhos de seda e espadachins florentinos. A reação deve estar a altura da agressão. E os extremistas que são partidários do terror e da força, não têm que se queixar por serem tratados com dureza.²¹

Os proprietários das empresas jornalísticas, ainda que apoiando as medidas do governo, eram vigiados de perto, uma vez que novamente os censores instalaram-se nas redações. Exasperava-se o clima de tensão e uma ameaça eminente parecia rondar a nação e que pouco tempo depois justificaria o golpe de novembro de 1937, que instalou o Estado Novo.

Porém, a chamada Revolução de 1930 não se limitou a repisar práticas conhecidas, como o suborno ou a violência, antes inovou ao criar órgãos específicos destinados à propaganda e ao controle da informação, caso do sempre citado Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), genericamente referido como responsável pela censura na Era Vargas. Vale lembrar, contudo, que o DIP pode ser encarado como culminância de um longo processo que se iniciou em 1931, com a criação do Departamento Oficial de Publicidade (DOP), substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), cuja direção coube a Lourival Fontes. Ironicamente, depois do golpe de novembro de 1937, o órgão instalou-se nas dependências do Palácio Tiradentes, ex-sede da Câmara dos Deputados. Em 1938, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Cultura (DNP), que foi novamente reorganizado em 27 de dezembro de 1939, quando foi instaurado o DIP, ainda com Lourival à frente.

Imprensa no Estado Novo

Foi sobretudo a partir do Estado Novo que o projeto cultural e político do regime dispôs dos meios necessários para sua difusão em ampla escala. De fato, desde então houve significativo investimento para criar e difundir uma imagem positiva do regime, para o que era essencial subordinar os meios de comunicação de massa ao executivo.

O famoso artigo 122 da Constituição de 1937, que tratava dos direitos e garantias individuais, considerava a imprensa como um serviço de utilidade pública, o que alterava a natureza de sua relação com o Estado e impunha aos periódicos a obrigação de inserir comunicados do governo. O *Anuário da Imprensa Brasileira*, publicação oficial lançada em 1942 e que apesar do título teve apenas uma edição, abria-se com um longo ensaio acerca da legislação relativa aos impressos desde os tempos coloniais para deter-se em minudente descrição do novo enquadramento, que investia a imprensa com “a majestade de uma função de caráter público”. Segundo o(a) entusiasmado(a) articulista, “deixava a imprensa de ser a faculdade eventual de exprimir estados de alma coletivos e pontos de vistas transitórios de política.”²²

O direito individual de livre manifestação, por sua vez, subordinava-se a condições e limites prescritos em lei. Em nome de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, justificava-se a censura prévia à imprensa, teatro, cinema e radiodifusão, além de se facultar às autoridades competência para proibir a circulação, difusão ou a representação do que fosse considerado impróprio. Comprometia-se, portanto, a liberdade de expressão e dotavam-se os agentes do Estado de meios legais para punir os infratores. Tentava-se tanto cercear a divulgação daquilo que não fosse de interesse do poder quanto enfatizar as realizações do regime e sua adequação à realidade nacional, sem se descurar da promoção pessoal e política do chefe do governo.

Frente à nova ordenação jurídica, impressos periódicos foram obrigados a se registrar no DIP e as estimativas indicam que cerca de 30% não conseguiu obter a necessária autorização e deixou de circular. À exigência de mesma natureza já se submetiam os que trabalhavam como jornalistas, norma ainda mais legitimada sob a justificativa de que agora exerciam função de caráter público.

Angela de Castro Gomes bem assinalou que “embora sob censura durante o Estado Novo, a imprensa, mesmo antes de 1937, nunca foi favorável ou mesmo simpática a Vargas, o que justifica (...) a montagem de um jornal [*A Manhã*, 1941] destinado a ser o

porta-voz do regime,” cuja direção coube a Cassiano Ricardo. Para dobrar a má vontade recorreu-se a ações bastante diversificadas e, além de lançar seus próprios diários e revistas, o governo também se valeu da força: expropriou *O Estado de S. Paulo* que, a partir de março de 1940 permaneceu sob intervenção do DIP, e no Rio de Janeiro encampou *A Noite* e a Rádio Nacional. Porém não dispensou o expediente de facilitar verbas e empréstimos às empresas de comunicação que se mostraram sensíveis às necessidades do executivo e criou um ordenamento legal com vistas a controlar os impressos que permaneceram nas mãos de seus proprietários. Assim a Agência Nacional, que coordenava as atividades relativas à imprensa, “atuava como um jornal, durante os três expedientes, dispondo de equipes completas de redatores, repórteres, tradutores, taquígrafos etc., inclusive editores em área específicas e editor-chefe.”²³ Porcentagem muito significativa do que se publicava nos matutinos, semanários e mensários provinha deste braço do DIP.

A isenção de taxas alfandegárias na importação do papel utilizado pela imprensa constituiu-se noutro poderoso instrumento de coerção. Segundo Sampaio Mitke, que foi chefe do serviço de controle da imprensa,

O trabalho era limpo e eficiente. As sanções que aplicávamos eram muito mais eficazes do que as ameaças da polícia, porque eram de natureza econômica. Os jornais dependiam do governo para a importação do papel linha d’água. As taxas aduaneiras eram elevadas e deveriam ser pagas em 24 horas (...). Só se isentava de pagamento os jornais que colaboravam com o governo. Eu ou o Lourival [Fontes, diretor do DIP] ligávamos para a alfândega autorizando a retirada do papel.²⁴

Entretanto, é bom esclarecer que a medida encontrava amparo na legislação em vigor. Aliás, no final de 1939 editaram-se vários decretos-leis, a exemplo do número 1938, de 30 de dezembro, que estabelecia novas normas de isenção aduaneira para o papel de imprensa, sob a justificativa de que “cabe ao governo atender às conveniências do bem público que reclamam o progresso de uma imprensa capaz de interpretar e defender, devidamente amparada, as grandes causas nacionais”. Delegava-se expressamente ao DIP o poder de fiscalização que, por sua vez, pautava-se num conjunto de instruções específicas expedidas por Lourival Fontes. Além do mais, conforme estipulava o artigo 135 do Decreto-lei 1949, entre as várias punições aplicadas a empresas que descumprissem suas determinações contava-se a “suspensão de favores e isenções”, aí incluídas as preciosas bobinas.

Não resta dúvida que, no esforço de construir uma imagem positiva de Getúlio Vargas e do regime, abusos de toda sorte conviveram com bem urdidadas tentativas de persuasão. Ainda que se possa questionar a capacidade do governo de silenciar completamente a imprensa, houve um esforço deliberado e, em larga medida bem sucedido, de sufocar a oposição. O quadro alterou-se significativamente a partir de 1942, quando a batalha no interior do círculo governista foi ganha pelos defensores dos Aliados, o que implicou mudanças significativas, como exemplifica a saída de Lourival Fontes do DIP. A contradição entre a luta a favor da democracia nos campos de batalha e as restrições à liberdade o âmbito interno não poderia persistir indefinidamente. E a imprensa tomou parte ativa no desgaste que acabou levando à deposição de Getúlio Vargas em 1945.

A convocação de uma nova assembléia constituinte em 1946 e o subsequente reordenamento jurídico do país indicavam que se adentrava num outro momento. E não por acaso data de 1949 a fundação da *Tribuna da Imprensa* (RJ) e de 1951 o surgimento da *Última Hora*, jornais que polarizariam o mundo da imprensa nas décadas seguintes, que assistiriam, ainda, as importantes reformas redacionais, editoriais e gráficas no *Diário Carioca* e no *Jornal do Brasil*. Os jornais teriam que enfrentar novas possibilidades e desafios.

Notas

¹ Juarez Bahia, *Jornal. História e Técnica*, 4ª ed. rev. e amp, São Paulo, Ática, 1990, p. 214.

² Heloisa Cruz, *São Paulo em papel e tinta. Periodismo e vida urbana 1890-1915*, São Paulo, EDUC: FAPESP, 2000.

³ Carlos Eduardo Lins da Silva, *O adiantado da hora. A influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. 2ª ed., São Paulo, Summus, 1991, p. 65.

⁴ Herman Lima, *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, v. 1, p. 141.

⁵ Sérgio Miceli, *Poder sexo e letras na República Velha. Intelectuais à brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p. 17.

⁶ Barbosa Lima Sobrinho, *O problema da imprensa*, 3ª ed. rev. São Paulo, EDUSP: Com-Arte, 1997, p. 44-45, grifo no original.

⁷ Jürgen Habermas, *Mudança estrutural da esfera pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, p. 214-216 e 217, respectivamente.

⁸ João do Rio [Paulo Barreto], *O momento literário*, Rio de Janeiro, Garnier, 1908, p. 10-11, Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 89, reproduz a opinião de Samuel de Oliveira, expressa em 1900: “Os próprios jornais não tem circulação, os que se publicam nessa capital [Rio de Janeiro] de um milhão de almas, reunidos, não dão uma tiragem de cinqüenta mil exemplares”.

⁹ Vivaldo Coaracy, *Todos contam sua vida*, APUD: Nelson Werneck Sodré, . *História da imprensa no Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 310.

¹⁰ Juarez Bahia, *op.cit*, p. 148.

¹¹ Sobre o jornal consultar: Eduardo Silva, *As queixas do povo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998; Nelson Werneck Sodré, op. cit.; Alzira Alves de Abreu (org.), *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*, 2ª ed. rev. e atual, Rio de Janeiro, FGV, CPDOC, 2001, obra essencial e que subsidiou as informações apresentadas a respeito de praticamente todos os títulos citados ao longo do texto.

¹² Consultar, além de Alzira Alves de Abreu (org.), op.cit.; Nelson Werneck Sodré, op.cit., p. 426; Paulo Duarte, *História da imprensa em São Paulo*, São Paulo, ECA/USP, 1972 e Maria Helena Capelato, *Os arautos do liberalismo*. Imprensa Paulista (1920-1945), São Paulo, Brasiliense, 1989. As duas últimas obras também foram utilizadas para a caracterização dos demais títulos paulistas citados no decorrer do texto.

¹³ Sobre o *Diário de Minas* e a atuação de Drummond e outros modernistas no mesmo consultar: Maria Zilda Ferreira Cury, *Horizontes modernistas. O jovem Drummond e seu grupo em papel jornal*, Belo Horizonte, Autêntica, 1998, a citação está na p. 33.

¹⁴ Sérgio Miceli, op.cit., p. 90. A respeito da trajetória do jornal ver o trabalho clássico de Maria Helena Capelato; Maria Lígia Prado, *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

¹⁵ Exemplo nesse sentido é fornecido por Medeiros de Albuquerque, *Quando eu era vivo...* Porto Alegre: Globo, 1942, p. 161, que assim se referiu a Campos Sales: “Perverteu também a imprensa. Foi, de fato, ele quem começou a corrupção desta em larga escala. Sem dúvida, ninguém dirá que a Campos Sales cabe a invenção das subvenções à imprensa. Isso sempre se fez, mais ou menos. Mas no tempo de Prudente o caso estava restrito à inserção de editais e de outras publicações claramente tidas como do expediente normal das repartições. O que havia era que elas se davam aos jornais amigos e se negavam aos outros. Campos Sales saiu desse regime relativamente honesto e começou a subvencionar os jornais que o defendiam. E que subvenções! Ele confessou ter gasto quatro mil mas na verdade gastou mais de sete mil [contos de réis]. De ano para ano as verbas cresciam, porque a oposição popular contra o governo foi também crescendo em proporções formidáveis”.

¹⁶ Campos Sales, *Da propaganda à presidência*. São Paulo, Typographia A Editora, 1908, p. 357-359. As confissões de Sales motivaram observações críticas de Rui Barbosa, *A imprensa e o dever da verdade*, 4ª ed. São Paulo, EDUSP, 2003, texto datado de 1920.

¹⁷ Oscar Pilagallo, *O Brasil em sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha*, São Paulo, Publifolha, 2002, p. 39. De 1931 a 1945 o jornal foi dirigido por Octaviano de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida. Daquela data em diante passou às mãos de José Nabantino Ramos, Alcides Ribeiro Meirelles e Clóvis Medeiros Queiroga.

¹⁸ APUD: Angela de Castro Gomes. *Confrontos e compromissos no processo de constitucionalização (19830-1935)*, in, Boris Fausto (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira. Brasil Republicano (1930-1964)*, São Paulo, Difel, 1981, t. III, v. 3, p. 36.

¹⁹ Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, São Paulo, Perspectiva, FAPESP, 2002, p. 76. O autor analisa detidamente a revolta em si, bem como o processo de construção de representações sobre o mesmo, que consagrou a memória oficial sobre o levante

²⁰ Maria Helena Capelato, *Os arautos do liberalismo*. Imprensa Paulista 1920-1945, São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 208.

²¹ *Diário de Minas*, 8 de dezembro de 1935, p. 2 APUD: Rodrigo Patto Sá Motta, op. cit., p. 198.

²² A legislação de imprensa desde o Brasil colônia até a época de Vargas. *Anuário da Imprensa Brasileira*. Edição do DIP, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 8, texto não assinado.

²³ Silvana Goulart, *Sob a verdade oficial. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*, São Paulo, Marco Zero; Brasília, CNPq, 1990, p. 68, informa que em 1944 a Agência contava com 220 funcionários.

²⁴ Depoimento prestado a Domingos Meireles, *Memórias de um censor do DIP e outras memórias*, Boletim da ABI, Rio de Janeiro, Ano XXIII, nov.dez/1974, p. 6.